

ABUSO SEXUAL INFANTIL E INCESTO: A ÉTICA DA ESCUTA NA CLÍNICA DE FRANÇOISE DOLTO*

*Sexual Abuse and Incest: the ethics of listening
in Françoise Dolto's clinic*

RESUMO Este trabalho pretende discutir alguns pontos da problemática do abuso sexual infantil, especificamente o incesto, recorrendo à Psicanálise e em especial à clínica psicanalítica proposta por Françoise Dolto que permitiria pelos seus conceitos de castração simbólica, função simbólica, imagem inconsciente do corpo e linguagem tomar o incesto como objeto de estudo para propor uma clínica psicanalítica voltada para a escuta do sujeito, indo além das preocupações jurídicas das políticas de notificação e denúncias, porém sem imiscuir-se nelas, refletindo sobre o papel do psicólogo e do psicanalista na clínica de crianças vítimas de abuso sexual.

PALAVRAS-CHAVE INCESTO; ABUSO SEXUAL INFANTIL; CLÍNICA PSICANALÍTICA DE FRANÇOISE DOLTO; ÉTICA.

ABSTRACT The aim of this paper is to discuss some aspects of the problem of child sexual abuse, specifically incest, drawing on psychoanalysis and, in particular, the psychoanalytic practice proposed by Françoise Dolto, allowing the concepts of symbolic castration, symbolic function, and unconscious body image and language to take incest as the study object in order to propose a psychoanalytic clinic devoted to listening to the subject, going beyond the legal concerns of policies on reporting and complaints, but not interfering in them, reflecting on the role of the psychologist and psychoanalyst in the clinic for children of sexual abuse.

KEYWORDS INCEST; CHILD ABUSE; PSYCHOANALYSIS; FRANÇOISE DOLTO'S PSYCHOANALYTIC CLINIC; ETHICS.

* Esse artigo foi apresentado como Tema Livre em Mesa-redonda no III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, de 04 a 07/09/2008, na Universidade Federal Fluminense-Niterói-RJ, com o título "O Abuso Sexual Infantil e a Clínica Psicanalítica em um breve encontro com a Psicanálise de Françoise Dolto: revisitando o Incesto".

**DRA. CHRISTIANE CARRIJO
ECKHARDT MOUAMMAR**

Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho
(UNESP – Bauru)
chris@fc.unesp.br

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é complexa na medida em que exige falar sobre um assunto polêmico como o abuso sexual infantil e mais especificamente sobre o incesto. Procuraremos defini-lo sucintamente para depois pontuarmos mais especificamente como a Psicanálise poderia ser utilizada como fonte de reflexão sobre esse fenômeno.

Refletiremos sobre o incesto pela Psicanálise a partir de três dimensões, a da natureza da sexualidade humana, outra social e jurídica e na dimensão da clínica psicanalítica, delimitando desde já a brevidade dessa exposição, dado que a amplitude que essas dimensões abarcam extrapolariam o espaço desse artigo. As três dimensões propostas não são excluídas, elas se entrelaçam e estabelecem relações. A clínica psicanalítica ajudará a pensar o incesto e as questões que estão implicadas no tratamento psicoterapêutico das crianças e adolescentes vítimas de tal ato. Para contextualizar de onde falamos, gostaríamos de marcar a referência à Psicanálise freudiana e a Psicanálise desenvolvida por Françoise Dolto para debater essas dimensões.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE À REFLEXÃO SOBRE O INCESTO

O abuso sexual não é o estupro, sua conceituação e, portanto, compreensão é muito mais ampla. Segundo Rocha:

Compreende-se por abuso sexual todo ato ou jogo sexual – relação heterossexual ou homossexual – cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Estas práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou induções de sua vontade. Podem variar desde atos em que não exista contato sexual (voyeurismo, exibicio-

nismo), aos diferentes tipos de atos com contato sexual sem penetração (sexo oral, intercurso inter-familiar), ou com penetração (digital, com objetos, intercursos genital ou anal). Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros, como prostituição e pornografia.¹

O abuso sexual mais comum e o que mais escandaliza a sociedade é o Incesto, também denominado de Abuso Sexual Intrafamiliar, definido como:

o qual é perpetuado em uma criança por um membro do grupo familiar daquela criança e inclui não somente a relação sexual, mas também qualquer ato que tenha por finalidade estimular uma criança sexualmente ou usar uma criança para a estimulação sexual, do perpetrador ou de qualquer outra pessoa.²

Após essas breves definições, pertinentes ao nosso estudo, retomaremos, portanto, nossa reflexão abordando a primeira dimensão, a da natureza da sexualidade humana. Poderemos fazer a pergunta sobre se o abuso sexual intrafamiliar é algo natural, algo que faça parte do humano. É claro que o horror da situação choca e comove e nos faz afirmar que ele não é natural, constituindo-se de uma aberração, uma perversão. Contudo, a psicanálise nos ensina justamente que o homem possui uma natureza instintiva, própria da espécie, e que sua humanidade foi e é constituída pela domesticação das pulsões, ou seja, a própria civilização e isso que chamamos de humanidade é decorrência dessa interdição da pulsão. Aquilo que iguala o homem ao animal dentro do naturalismo freudiano são os instintos e a pulsão sexual seria intrínseca à natureza humana. Freud afirma:

¹ ROCHA apud PIZÁ, G.; BARBOSA, G. F, 2004, p. 92.

² RENSCHAW, 1984, p. 21.

O fato da existência de necessidades sexuais no homem e no animal expressa-se na biologia pelo pressuposto de uma “pulsão sexual”. Segue-se nisso a analogia com a pulsão de nutrição: a fome. Falta à linguagem vulgar [no caso da pulsão sexual] uma designação equivalente à palavra “fome”; a ciência vale-se, para isso, de “libido”.³

As necessidades sexuais no homem são explicadas a partir da existência da pulsão sexual e também nos Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905), Freud irá demonstrar que essa pulsão sexual existe sempre, desde a infância, contrariando a opinião corrente do século XIX de que ela passaria a existir apenas durante a puberdade. Neste artigo freudiano, o objeto da pulsão sexual é descrito como sendo amplamente variável, ou seja, a pulsão independe do objeto e ela impele o homem na realização de sua gratificação. O objeto é o meio pelo qual a pulsão atinge o seu fim, descarregar o excesso de estimulação, e a sua meta é o prazer sexual. Freud comenta essa ideia, nessa passagem:

Chamou-nos a atenção que imaginávamos como demasiadamente íntima a ligação entre a pulsão sexual e o objeto sexual. A experiência obtida nos casos considerados anormais nos ensina que, neles, há entre a pulsão sexual e o objeto sexual apenas uma solda, que corríamos o risco de não ver em consequência da uniformidade do quadro normal, em que a pulsão parece trazer consigo o objeto. Assim, somos instruídos a afrouxar o vínculo que existe em nossos pensamentos entre a pulsão e o objeto. É provável que, de início, a pulsão sexual seja independente de seu objeto, e tampouco deve ela sua origem aos encantos deste.⁴

Com essas ideias sobre a natureza da pulsão sexual, Freud subverte a lógica corrente de sua época que determinava o comportamento sexual normal como sendo heterossexual e as demais variações sexuais – homossexualidade (inversão), sadomasoquismo, fetichismo – como aberrações, desvios graves da sexualidade normal. Os Três Ensaios (1905) vão conduzir o leitor a perceber que a ampla variabilidade do comportamento sexual humano é a regra, começando pela afirmação da sexualidade infantil como perversa e polimorfa e pelo desenrolar do conceito de pulsão sexual como, inicialmente, um feixe de pulsões parciais, orais, anais e que seguem um desenvolvimento psicosssexual. Freud também falará de uma normalidade e de uma psicopatologia, contudo de forma radicalmente diferente da opinião vigente. Marcando a pulsão sexual dentro de um pensamento naturalista e evolucionista, Freud nos leva a pensar num homem atrelado a sua animalidade, sem esquecer que essa animalidade é única na medida em que a espécie humana é capaz de linguagem e existe todo um campo de representações conscientes e inconscientes na construção desse desenvolvimento psicosssexual. O homem necessitará do recalçamento como processo psíquico para construir “diques” contra a pulsão sexual. Dentro dessa lógica, o homem deverá passar por um longo e contínuo processo de interdição do pulsional e como lidar com o pulsional

também será uma das grandes questões que Freud procurará analisar. Freud afirmou em 1905:

... fomos impelidos ao ponto de vista de que a disposição para as perversões é a disposição originária universal da pulsão sexual humana, e de que a partir dela, em consequência de modificações orgânicas e inibições psíquicas no decorrer da maturação, desenvolve-se o comportamento sexual normal. Alimentamos a esperança de poder

³ FREUD, 1905, p. 128

⁴ Ibid., p. 140

apontar na infância essa disposição originária; entre as forças que restringem a orientação da pulsão sexual destacamos a vergonha, o asco, a compaixão e as construções sociais da moral e da autoridade. Assim, tivemos de ver em cada aberração fixa da vida sexual normal um fragmento de inibição do desenvolvimento e infantilismo. Embora tenha sido necessário situar em primeiro plano a importância das variações da disposição originária, tivemos de supor entre elas e as influências da vida uma relação de cooperação, e não de antagonismo. Por outro lado, já que a disposição originária é necessariamente complexa, pareceu-nos que a própria pulsão sexual seria algo composto de diversos fatores e que, nas perversões, como que se desfaria em seus componentes. Com isso, as perversões se revelaram, de um lado, como inibições do desenvolvimento normal, e de outro, como dissociações dele.⁵

Se a espécie necessita de uma “interdição” das pulsões, inclusive para se constituir como espécie, o vínculo entre um indivíduo e outro, o vínculo entre o indivíduo e a coletividade é constitutivo desse sujeito que abdica de sua condição exclusivamente animal para pertencer a uma coletividade e essa própria coletividade o constitui e o dota de uma singularidade. Existe um laço social no nascimento desse sujeito, que parece se constituir exatamente pela existência desse campo civilizatório onde nasceu e onde vive.

Se o homem é um animal pertencente ao quadro evolutivo como qualquer outro animal de determinada espécie e em determinado momento da história esse homem se humaniza, se é que podemos dizer assim, todo um aparato chamado civilização também nasce com esse

homem e podemos nos questionar se esse seria um momento inaugural da origem do que estamos chamando de sujeito. Esse momento fictício de nascimento da civilização e do “homem humanizado” parece nos levar a outra pergunta: e no indivíduo humano, quando surge o Eu? Em qual momento nasce o sujeito? Essas são perguntas que costumam nortear a Psicanálise e a Filosofia. A Psicanálise procura responder, refletir, debater sobre o que é o sujeito. Então, poderíamos perguntar qual a relação dessas ideias com o abuso sexual infantil, e, mais especificamente, com o incesto?

O incesto seria fruto de uma ausência da interdição da pulsão sexual.

Ele nos remete diretamente às colocações freudianas sobre a natureza da pulsão sexual e do chamado Complexo de Édipo. A investigação freudiana demonstra em primeiro lugar que a pulsão sexual é inata e inicialmente polimorfa, dispersa em várias pulsões parciais (oral, anal, fálica) para posteriormente estas serem unificadas a partir da puberdade em direção a uma pulsão genital propriamente dita. Se assim, a disposição sexual inicial do ser humano é perversa no sentido de uma gratificação exclusivamente autoerótica e de um prazer narcisista e exclusivista onde o outro, quando ele existe, como objeto de prazer, está fadado a ser reduzido a um mero objeto de gratificação, logo, não existe um prazer compartilhado. Será necessário um processo de contenção das pulsões pelo recalque como processo psíquico imprescindível e pela repressão das pulsões como processo exterior e civilizatório para pensarmos nesse sujeito humano e em uma civilização. Nesse momento, podemos falar do Complexo de Édipo, para a psicanálise ele desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Da resolução edípica sairá a escolha do objeto de amor, o acesso à genitalidade, na medida em que esta não é garantida pela simples maturação biológica, e, também, teremos efeitos sobre a estruturação da personalidade, especialmente à constituição do supereu e do ideal de eu. Como Laplanche tão bem afirmou:

⁵ Ibid., p. 218.

O que irá ser interiorizado e sobreviver na estruturação da personalidade são, pelo menos tanto como esta ou aquela imagem parental, os diferentes tipos de relações que existem entre os diferentes vértices do triângulo.⁶

O incesto com menores de idade seria a vivência explícita e real das fantasias de desejo e posse do objeto de amor presentes no chamado complexo de Édipo por meio de um ser humano perverso que por sedução e violência impõe a outro que é de sua família a ação incestuosa.

A solução do complexo de Édipo para a Psicanálise é a interdição do incesto pelo recalque da pulsão, mas não só no sentido exterior, referente ao ato incestuoso, como e principalmente, no sentido simbólico dessa construção, a de um indivíduo que, barrando a pulsão, constrói-se definitivamente como sujeito, afastando-se de uma natureza estritamente irracional e introjetando a Lei.

Segundo Laplanche (1995), o caráter mais fundamental que o complexo de Édipo tem para Freud foi apreendido na sua descrição do assassinato do pai primitivo em “Totem e Tabu” (1912-3) considerando esse ato como o momento original da humanidade. Laplanche afirmou que o assassinio do pai primitivo deve ser compreendido como um mito e não como um fato histórico: (...) “um mito que traduz uma exigência imposta a todo ser humano que é a de ser um “rebento de Édipo”” (LAPLANCHE, 1995: 80).

Vejamos a observação desse autor:

O complexo de Édipo não é redutível a uma situação real, à influência efetivamente exercida sobre a criança pelo casal parental. A sua eficácia vem do fato de fazer intervir uma instância interditória (proibição do incesto) que barra o acesso à satisfação naturalmente procurada e

que liga inseparavelmente o desejo à lei (ponto que J. Lacan acentuou). (...) Essa concepção estrutural do Édipo vai ao encontro da tese do autor de Estruturas Elementares do Parentesco, que faz da interdição do incesto a lei universal e mínima para que uma “cultura” se diferencie da “natureza”.⁸

O que veremos então na criança vítima de incesto? Uma vivência real daquilo que estaria presente apenas no campo das fantasias edípicas, uma vivência real de um mito, uma influência efetivamente exercida pelo casal parental, uma total ausência de interdição, da proibição do incesto e consequentemente a não ligação entre o desejo e a Lei. Se para Lévi-Strauss (1982) a interdição do incesto é uma lei universal e mínima para a cultura se diferenciar da natureza, no incesto estamos no próprio campo da natureza, na oposição à cultura, na ausência da cultura, na ausência da humanização das pulsões e por isso o incesto, principalmente quando acompanhado de violência física e psicológica é tão chocante, pois nos remete a outra cena, a uma cena anterior a esse nascimento do homem da cultura, anterior ao sujeito.

A ESCUTA PSICANALÍTICA E A ÉTICA NA CLÍNICA DE FRANÇOISE DOLTO

Um dos conceitos fundamentais no pensamento de Françoise Dolto é o de castração. Essa não é superponível ao complexo de castração em Freud, pois para ele, o objeto da castração é a ameaça à perda do pênis, e esse momento se situa no chamado estágio fálico do desenvolvimento psicosssexual. Segundo Michel H. Ledoux, em Dolto:

(...) a noção de castração não se trata de uma ameaça ou de uma fantasia de mutilação peniana, mas de uma privação, de um desmame em relação a um objeto até então eroticamente investido e que tem

⁶ LAPLANCHE, 1995, p. 81.

⁷ Ibid., p. 80

⁸ Ibid., p. 80

que ser proibido algum dia. Assim, passa-se de um objeto parcial para outro, de um modo de atividades e relações para outro modo mais elaborado.⁹

Para Françoise Dolto, a castração não está correlacionada apenas à fase fálica e ao complexo de Édipo e ela não incide apenas no corpo físico, ela incide no que ela chamou de imagem inconsciente do corpo. Nas palavras da própria Dolto:

Ora, a palavra castração, em psicanálise, dá conta do processo que se realiza em um ser humano quando outro ser humano lhe significa que a realização de seu desejo, sob a forma que gostaria de lhe conceber, é proibida pela Lei. Este significado passa pela linguagem, seja ela gestual, mímica ou verbal.¹⁰

E ela também completa:

As castrações – no sentido psicanalítico – são experiências de separação simbólica. São um dito ou um ato significativo, irreversível e gerador de lei, que tem, portanto, um efeito operacional na realidade.¹¹

A castração é em Dolto um espaço intersubjetivo, onde uma das figuras de afeto da criança e representante da Lei lhe interdita um desejo anteriormente possível ou desejado, privando a satisfação das pulsões no que concerne àquele objeto visado, porém, remetendo a criança num novo circuito pulsional, mais longo, com outros objetos disponíveis. Para Françoise, a castração deve ser concebida como uma proibição oposta a uma satisfação anteriormente conhecida, devendo esta ser ultrapassada e deslocada, porém a castração não é necessariamente um trauma negativo se

ela proporcionar uma maior autonomia para o sujeito, se ela humanizar esse sujeito, para tanto, a criança é capacitada a suportar a prova por meio da verbalização e da constatação de que o adulto que lhe dá a castração também é marcado por essa mesma proibição.

Dolto afirma que o narcisismo da criança é remanejado em função de provas que vão surgindo e que se opõem ao desejo da criança, essas provas são as castrações que possibilitam a simbolização e contribuem para formar a imagem inconsciente do corpo dentro da história desse indivíduo. Para Dolto, a imagem inconsciente do corpo, ou imagem do corpo, não é o esquema corporal. O esquema corporal é, em princípio, o mesmo para todos da espécie humana e conduz o corpo as experiências imediatas e reais e é inconsciente, pré-consciente e consciente, enquanto a imagem do corpo é única de cada indivíduo e está ligada à história pessoal do sujeito, resultante de um tipo de relação libidinal. A imagem do corpo é, assim, eminentemente inconsciente e “síntese viva de nossas experiências emocionais: inter-humanas, repetitivamente vividas através das sensações erógenas eletivas, arcaicas ou atuais”.¹² Para ficar mais claro, vejamos mais um pouco das palavras da própria autora:

Aproveitemos a questão para assinalar que o esquema corporal, que é a abstração de uma vivência do corpo nas três dimensões da realidade, estrutura-se pela aprendizagem e pela experiência, ao passo que a imagem do corpo se estrutura pela comunicação entre sujeitos e o vestígio, no dia-a-dia, memorizado, do gozar frustrado, reprimido ou proibido (castração no sentido psicanalítico, do desejo na realidade). É isso que cumpre referi-la, exclusivamente, ao imaginário, a um intersubjetivo imaginário marcado de pronto no ser humano pela dimensão simbólica.¹³

⁹ LEDOUX, 1991, p. 50.

¹⁰ DOLTO, 2002, p. 62.

¹¹ DOLTO apud LEDOUX, 1991, p. 45.

¹² DOLTO, 2002, p. 14.

¹³ Ibid., p. 15.

Como comenta Ledoux:

Há uma ideia, portanto, de que a lei não é unicamente repressiva, mas também iniciatória, promovedora, libertária e sublimatória. A castração, ao proibir certas realizações do desejo, obriga e libera as pulsões rumo a outros meios, outros encontros, abandonando o modo de satisfação até então experimentado para aceder a um gozo mais elaborado.¹⁴

Acontece que uma castração pode conduzir à sublimação, mas também pode resultar num recalçamento neurótico ou numa perversão. Para Dolto, a perversão é um tipo de simbolização que não conduz o sujeito à Lei e não o conduz a mesma lei para todos, ou seja, na perversão o sujeito está fora da lei. Ao mesmo tempo, para ela, uma castração que induza o sujeito a se satisfazer por meio do sofrimento do outro é a marca da existência de um desejo pervertido. Como podemos perceber no pensamento de Françoise, uma castração pode ou não ser simbolizadora e a perversão está fora do campo desse processo de simbolização.

O que é o abuso para a criança abusada sexualmente pelo pai (mãe), padrasto (madrasta), irmão (irmã) que não uma perversão ao seu direito de como sujeito pertencer a essa mesma Lei de igualdade para todo ser humano? Essa criança é um sujeito excluído desse campo simbólico. E a partir dele podemos tecer reflexões a respeito da importância desse movimento de denúncias e de tentativas de socorrer as crianças no campo profissional do Direito e das profissões ligadas ao auxílio dessas crianças vítimas, seja no campo jurídico como nas redes sociais, pois essas instituições e pessoas estariam de certa forma procurando restituir a essas crianças o seu direito de ser igual a todos perante a lei, a lei civil e também a Lei simbólica.

No campo do tratamento psicanalítico, um dos pontos a ser destacado é que essa escuta clínica é indissociável de um laço social. Do laço social constitutivo desse sujeito, da relação entre o desejo e a Lei e de um código de leis que está se modificando conforme demandas das mais variadas que vão surgindo e gerando necessidades de transformações no bojo da cultura.

O segundo ponto de reflexão psicanalítica é que essa criança vitimizada precisa urgentemente de ajuda. Uma ajuda em muitos níveis, o assistencial, o jurídico e o psicológico, e o psicólogo precisa saber que no campo da clínica o trabalho será intenso e provavelmente muito longo. A psicanálise nos indica que trataremos um indivíduo que suportou na realidade algo que seria apenas um complexo de fantasias recalçadas, uma criança que vivenciou com uma de suas figuras de amor a cena primitiva do incesto. Como ficou o seu Eu? E o seu Supereu e ideal de Eu, que deveriam estar finalizados e arregimentados exatamente com o recalque do complexo de Édipo, recalque esse que não existiu?

Com extrema paciência, a escuta dessa criança se faz necessária. Não apenas para ela conseguir ir prestar depoimento no fórum, não apenas para que pessoas próximas a escutem e a ajudem, não apenas para que essa criança fale e lembre a todos “a bestialidade da natureza humana”. A escuta precisa ser uma escuta psicanalítica para que a transferência possibilite que algo mais surja, para que a repetição contínua das brincadeiras e desenhos do “horror do incesto” consiga não só ser rememorada, mas elaborada. A escuta de vários não-ditos da história dessa criança possibilita a ela colocar num campo de linguagem e num campo transferencial as suas representações por meio de desenhos e modelagens. Dolto afirmava: “Os seres humanos nascem e vivem da linguagem.”¹⁵

Na clínica doltoniana, tudo é linguagem e essa afirmação abarca que tudo é simbólico. Segundo Ledoux:

¹⁴ Ibid, p. 45.

¹⁵ Ibid., p. 70

a genialidade de Dolto consiste em haver retomado o tema lacaniano do mundo simbólico e dos significantes preexistentes ao nascimento, tê-lo aplicado ao mundo da infância e tê-lo tornado palpável na clínica analítica.¹⁶

Para Françoise Dolto, para que o ser humano não fique preso a uma pseudo-animalidade, reduzido a uma organicidade arcaica, é preciso que ele fale e por isso a função da linguagem é simbólica e fundadora desse sujeito humano. A linguagem, em Dolto, está além da linguagem verbal, ela também é olfativa, visual, rítmica e gestual e desenvolvida nas relações entre o lactente e sua mãe, frisando sempre que os significantes genealógicos estão presentes e funcionando desde a concepção da criança, porém, ainda, assim, a linguagem falada é fundamental para a simbolização.

Queremos frisar com essas colocações que a clínica psicanalítica de Dolto traz um leitmotiv “o poder das palavras, a importância da fala verdadeira, a colocação de palavras na experiência, o falar sobre acontecimentos da genealogia” (LEDOUX, 1991) e pensamos que ao estar destacando essas afirmações, elas também se tornam referências para se

pensar tecnicamente na clínica das crianças abusadas.

Uma psicanálise para Dolto não é uma psicoterapia. Toda psicanálise é uma análise do recalcado. Françoise foi uma psicanalista que acreditava que as psicoterapias tinham o seu papel e lugar e também foi explícita ao fazer formulações sobre as diferenças e os lugares de uma reeducação, de uma psicoterapia e de uma psicanálise. Deixaremos a reflexão sobre essas diferenças para outro momento onde iremos comentar também como poderíamos pensar nesses três lugares – reeducação, psicoterapia e psicanálise – especificamente no trabalho de ajuda às crianças vítimas de abuso

sexual e ficaremos restritos a uma breve colocação sobre o lugar da psicanálise.

Retomando, uma psicanálise para Dolto é direcionada àqueles que ficaram aprisionados na repetição; a análise é do recalcado e ela afirma que é uma análise do oral, do anal e do Édipo de determinado indivíduo, seja adulto ou criança e, portanto, refere-se a um a posteriori da história de uma determinada pessoa. A criança que passou pelo incesto, e estando posteriormente numa relação transferencial por meio de seu processo psicoterapêutico, está numa relação fantasiada com seu psicoterapeuta-analista e, assim, poderá utilizar seus desenhos, modelagens e encenações lúdicas para falar de seus fantasmas. A criança repetirá em muitas brincadeiras, temas apenas vivenciados realisticamente ou fantasmaticamente, onde a ausência de um interlocutor que possibilitasse uma compreensão e simbolização da experiência era um fato recorrente, e esta ausência do outro faziam que caísse num silêncio de palavras e em lacunas de simbolização. Por intermédio da análise, ela poderá colocar em palavras os seus fantasmas, os muitos não-ditos de sua história familiar na presença de um analista que a escuta e de um Outro a quem ela, criança, se dirige.

A pressa do sistema judiciário, quando este está envolvido na solução de um caso de incesto, anda muitas vezes em descompasso com a escuta analítica da criança vítima. Se a promotoria deseja cumprir a lei e condenar o perverso, esse desejo vai por vezes, se precipitado, contrariar o desejo da Lei dessa criança-vítima. Essa Lei simbólica referente à interdição do incesto – resolução do Complexo de Édipo – só será restaurada na análise e o tempo da análise é o tempo do inconsciente e não o tempo real, a realidade que deseja o Judiciário. É nesse sentido que o desejo da criança-vítima é contraposto ao desejo do código de leis penais de uma sociedade. Queremos marcar com essa formulação, não a oposição ao serviço jurídico que pune o perverso, este precisa e deve ser punido e precisamos com cer-

¹⁶ Ibid., p. 70

teza, de todo o rigor da lei para o julgamento desses casos de abuso sexual intrafamiliar, o que queremos frisar é a necessidade dessa criança ser um sujeito respeitado em sua fala.

Enquanto o sistema judiciário não encontrar soluções específicas para esses casos, essa criança continuará sendo exposta de forma aviltante para poder fazer valer o seu direito perante o código de leis que lhe afirma direito à proteção nesses casos de extrema violência sexual. Ela continuará a ter de falar do(s) ato(s) incestuoso (s) diante de várias pessoas e inclusive do próprio abusador para poder legitimar perante a lei o(s) fato(s) que lhe sucedeu (sucederam). Terá de lidar com a defesa do abusador que procurará distorcer os fatos e ainda acusá-la de sedução e mais, suportar a espera da condenação do agressor por um tempo longo, condenação muitas vezes inexistente. O chamado “Depoimento Sem Dano” quer proteger a criança nesse seu momento de fala verdadeira e dar-lhe condições mais humanas nessa escuta jurídica. Infelizmente, ele ainda não é uma realidade no nosso sistema jurídico, estando restrito apenas a algumas iniciativas isoladas, seja de existência de fato, seja como luta das categorias profissionais de pessoas que lidam cotidianamente com essa realidade. Pensamos mesmo que o nome deveria ser “Depoimento do Mínimo Dano” para ser mais preciso com a situação real encontrada em qualquer depoimento dessas crianças, pois ficamos receosos do tal “Sem Dano” dar uma falsa impressão de que essa fala no tribunal não tenha nenhum tipo de repercussão danosa à criança.

A psicanálise da criança vítima de incesto é imprescindível para a assunção da Lei simbólica. Na análise do inconsciente e da transferência, essa criança procurará sair do papel de criança mítica da cena primitiva, do lugar congelado que a colocaram na triangulação edípica e procurará restaurar-se como sujeito por influência desse campo transferencial que lhe possibilita uma fala verdadeira e sucessiva a elaborações de seu passado traumático e de emoções precoces com seus

pais tutelares, reconfigurando a sua imagem inconsciente do corpo.

Podemos pensar se seria também papel do analista dar à castração edípica a criança vítima de incesto, ou se esse papel continua sendo do membro do casal parental que protege a criança do abusador. A clínica doltoniana frisa a importância de a castração edípica ser verbalizada para a criança e o adulto que dá essa castração precisa acreditar nela e também estar submetido a essa mesma Lei, assim a criança suporta a castração porque constata que o adulto que a dá também é marcado pela mesma proibição. A castração deve ser feita de preferência pelo casal parental ou por um deles, seja a mãe ou o pai, contudo, Dolto afirma que a escola também poderia contribuir, os professores poderiam verbalizar a castração edípica. Vejamos a verbalização que a própria Dolto diz como deve ser feita à interdição do incesto:

(...) é impossível para sempre que um filho ame sua mãe como um outro homem a ama. Não é porque você é pequeno e eu grande, é porque você é seu filho e que nunca um filho e sua mãe podem viver a união sexual e engendrar crianças.¹⁷

Segundo Dolto, o mesmo deve ser dito a menina na relação com o seu pai, a impossibilidade de tê-lo como homem e pai de seus filhos e essa interdição deve ser estendida a toda a família, aos irmãos e irmãs, tios e tias, avôs e avós e primos e primas. Dolto afirma que é assim que a criança ouvirá aquilo que irá introduzi-la na ordem da humanização genital. Podemos pensar também no Judiciário. Em certa medida, a instância jurídica como lei vem dar a castração ao pai perverso – interdita-lo de seu comportamento incestuoso – e dar a castração simbólica à criança, configurar-lhe perante a lei a saída do primitivo para ser um sujeito pertencente à cultura. Mas como esse jurídico cumpriria esse papel se ele não cum-

¹⁷ Ibid., p. 155

pre a função de proteger a criança? Estaríamos novamente no campo de uma perversão, no campo de uma lei que não cumpre a igualdade para todos e nem assegura uma vida legítima pela sua lei para essa criança? Torna-se, assim, uma lei perversa? E a criança? Ela se torna um fetiche/mercadoria. Fetiche de um pai perverso que não exerceu sua função paterna e mercadoria de um Pai-Estado que muitas vezes se utiliza dela como moeda de negociação em suas campanhas políticas públicas eleitoreiras. Como sair dessa situação? Na clínica, a castração edípica deve ser verbalizada para a criança no momento oportuno da análise e também a verbalização da doença-perversão do abusador concomitantemente com o próprio processo de análise procuraria restituir à criança seu lugar de Sujeito. No Judiciário, a luta para que as políticas públicas de defesa da criança sejam efetivas e humanizadas, com um Estado que procure ser democrático, com isso se entendendo que, nesse Estado, todos estão submetidos à mesma lei, uma lei de igualdade para todos, é a única forma de não se cair numa perversão da lei.

CONCLUSÃO

Freud, nos Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade, num de seus vários momentos de sensibilidade, escreveu numa nota de rodapé:

... um menino de três anos que certa vez ouvi rogar de um quarto escuro: “Titia, fale comigo! Estou com medo porque está muito escuro”. E a tia respondeu: “De que lhe adianta isso? Você não pode mesmo me ver”. – “Não faz mal”, respondeu o menino, “quando alguém fala fica mais claro” (...) Portanto, o que ele temia não era a escuridão, mas a ausência de uma pessoa amada, e pode prometer que se acalmaria tão logo desse uma prova da presença dela.¹⁸

O ser humano teme a ausência de uma pessoa amada, como afirmou Freud em 1905. Ele teme a ausência do Outro, do espaço intersubjetivo da linguagem e, como diria Françoise Dolto, teme a ausência de palavras verdadeiras, pois sem elas ficaria reduzido a uma mera organicidade. A clínica psicanalítica doltoniana convida-nos a conseguir um espaço analítico para as crianças vítimas de incesto, espaço onde elas poderão colocar em palavras, diante de um outro que as escuta, a violência silenciosa do incesto. Por algum tempo, analista e paciente permanecerão no escuro e o medo da aniquilação do Eu mutilado pela violência começará a ser vencido pela presença constante do analista que, verbalizando a castração edípica e auxiliando a criança nas elaborações psíquicas, possibilitará que ela sinta que tudo está mais claro.

¹⁸ Ibid., p. 212 – nota de rodapé.

REFERÊNCIAS

- DOLTO, F. **A Imagem Inconsciente do Corpo**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- _____. **Seminário de Psicanálise de Crianças 2**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- DOLTO, F.; NASIO, J. D. **A Criança do Espelho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- FREUD, S. **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade – Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII (1901-1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 1905.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. **Vocabulário da Psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LEDOUX, M. H. **Introdução à Obra de Françoise Dolto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- LËVI-STRAUSS, C. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- NASIO, J. D. **Introdução às Obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- PIZÁ, G.; BARBOSA, G. F. (Orgs.). **A Violência Silenciosa do Incesto**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2004.
- RENSHAW, D.C. **Incesto – compreensão e tratamento**. São Paulo: Roca Editora, 1984.

DADOS DO AUTOR:

DRA. CHRISTIANE CARRIJO ECKHARDT MOUAMMAR
(UNESP – Bauru)
Departamento de Psicologia – UNESP – Bauru.
Mestre em Psicologia Clínica – PUC – SP.
Doutora em Filosofia – UFSCar.

Recebido: 12/10/2011
Aprovado: 25/09/2012